

Relações triangulares

O BRASIL ENTRE A RELUTÂNCIA DOS EUA E O ATÁVICO PROTECIONISMO AGRÍCOLA EUROPEU

*Marcelo de Paiva Abreu**

Desde cedo na história, como país com modesto poder de barganha no cenário internacional, o Brasil descobriu as virtudes de explorar diferenças, reais ou presumidas, entre seus grandes parceiros internacionais. Assim foi nos primórdios da República, quando a política de aproximação com os Estados Unidos, nosso principal mercado para as exportações, foi enfatizada, para contrabalançar a preeminência britânica, especialmente no campo financeiro. A valorização do café, principal inovação da política econômica brasileira, iniciou-se, em 1906-1907, ao arrepio da opinião dos Rothschild, que julgavam indevida tal intervenção com o livre jogo das forças de mercado. Nos anos vinte, a política cafeeira continuou a ter importância no jogo triangular, mas as posições de Estados Unidos e Grã Bretanha se inverteram. A política de concorrência dos EUA, que já havia forçado a venda dos estoques de café brasileiro nos EUA antes da Primeira Guerra Mundial, serviu de pretexto para o sistemático bloqueio do governo dos EUA à emissão de empréstimos brasileiros das instituições valorizadoras do café de São Paulo em Wall Street. Adquiriram vital importância as operações dos Lazards, rivais londrinos dos Rothschild e representados no Brasil por Charles Murray e Roberto Simonsen, para assegurar o lançamento de empréstimos do Instituto do Café e do Banco do Estado de São Paulo.

A despeito do folclore, o comportamento relativamente independente do Brasil na condução da sua política econômica externa nos anos trinta não decorreu de particular perícia nos negaceios do jogo triangular, pois em um quadro de crise não havia dúvida quanto à preeminência incontestada dos EUA e ao seu poder de barganha como comprador de produtos brasileiros. As políticas brasileiras de expansão do comércio com base em moedas inconvertíveis, principalmente com a Alemanha, e de jogo duro em relação à dívida externa, foram viabilizadas pela conversão norte-americana às virtudes do multilateralismo após 1934 que impedia a adoção de políticas coercitivas para assegurar o bom comportamento brasileiro. Com a hegemonia dos EUA no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o triângulo só pode readquirir viabilidade com a recuperação européia, a diversificação da orientação geográfica do comércio de exportação brasileiro e o rápido crescimento econômico do Brasil até o final dos anos setenta. Daí resultaram a tentativa frustrada de aproximação com a Alemanha e a aliança temporária, e também frustrada, com as Comunidades Europeias, no início das negociações do GATT, no início dos anos oitenta. A longa estagnação brasileira que se seguiu dificultou qualquer tentativa de exploração da rivalidade entre os principais parceiros internacionais.

A temática da diversificação triangular voltou à baila nos anos noventa com a decisão do governo dos EUA de ampliar a *North American Free Trade Area* para absorver as demais economias da América Latina. Concomitantemente, a economia brasileira saiu do marasmo em que estava mergulhada desde 1981, aumentando o poder de barganha do País. O Brasil sempre foi reticente em relação ao projeto norte-americano, em parte por sólidas razões econômicas, em parte por razões políticas não muito bem explicitadas. Do ponto de vista econômico, a diversificação geográfica das relações comerciais e financeiras do País o colocam em uma posição diferente do Canadá, do México, da América Central e do Caribe, cujos interesses estão concentrados no mercado dos EUA. Além disto, Washington mostrou grande relutância em levar em conta que a pré-existência do Mercosul exigia ajustes na sua idéia inicial de estabelecer acordos bilaterais com as economias latino-americanas. De fato, o papel da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na estratégia norte-americana decorre, em grande medida, da importância atribuída ao acesso futuro ao mercado do Mercosul. No plano político, do ponto de vista do Brasil, a idéia de ser explicitado um alinhamento à área de influência dos EUA baseado em critérios hemisféricos não tinha grande interesse, em vista da legítima pretensão brasileira de atuar politicamente em escala mundial. Elemento vital na postergação de negociações mais substantivas no quadro tem sido a sistemática negativa por parte do Congresso dos EUA em conceder ao Executivo, o *fast track*, ou seja, a requerida autoridade negociadora.

Naturalmente, uma das reações brasileiras à iniciativa dos EUA foi soprar as brasas do outro vértice do triângulo e tentar viabilizar o início de negociações do Mercosul com a União Européia que servissem de contrapeso à ameaça de excessiva intimidade com os EUA. Ao mesmo tempo pretendia-se arrefecer os “desejos carnis” da diplomacia argentina em relação aos EUA. O principal obstáculo ao início de negociações Mercosul-União Européia é a importância atribuída pelos europeus à manutenção da sua grotesca Política Externa Comum que onera os seus consumidores e contribuintes e desorganiza os mercados agrícolas mundiais. A resistência da França e da Irlanda à inclusão da agricultura em futuras negociações inviabiliza a aproximação com Bruxelas e esvazia a próxima cúpula Mercosul-União Européia.

Do ponto de vista estratégico, o melhor cenário, do ponto de vista da política econômica externa brasileira, seria a conjunção de fatores que possibilitassem negociações simultâneas da ALCA e da zona de livre comércio Mercosul-União Européia, imitando da melhor forma possível uma negociação multilateral que seria ideal do ponto de vista dos interesses nacionais. Para que isto ocorra seria necessária a remoção dos obstáculos políticos à aprovação do *fast track* nos EUA, a submissão relativa dos *lobbies* agrícolas protecionistas na Europa, e, acima de tudo, a preservação do poder de barganha do País com o sucesso da recuperação da crise econômico-financeira do início do ano.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.